

EDITAL 1106/2024 - DSV

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **UNIDADE TÉCNICA DE LICITAÇÃO** da **AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR** torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO 91.106/2024 TIPO: MENOR PREÇO AMPLA CONCORRÊNCIA	ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ 10h DO DIA 01/10/2024 DATA DA SESSÃO / DISPUTA DE LANCES: 01/10/2024 HORÁRIO FASE DE LANCES: Início 10h e término 16h Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	---

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de Cones de Sinalização e Barreiras Plásticas para sinalização, conforme memorando nº 003/2024 do Departamento de Sanidade Vegetal, ETP nº 002/2024 e Termo de Referência 001/2024, anexo I desse Edital de Licitação.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 89.950,20 (oitenta e nove mil novecentos e cinquenta reais e vinte centavos) para fins de Procedimento Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em Lote único com dois itens conforme abaixo:

Item 1: R\$ 45.817,20 (quarenta e cinco mil oitocentos e dezessete reais e vinte centavos);

Item 2: R\$ 44.133,00 (quarenta e quatro mil cento e trinta e três reais);.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação Orçamentária F6533.20.122.22.8298 Gestão Administrativa - ADAPAR, na Natureza de Despesa 3390.3044 – Material de Sinalização Visual e Afins, provenientes das Fontes 501 000250 – Diretamente Arrecadado. Declaração de Adequação Orçamentária - DAD 278 – página 115.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.gov.br/compras. O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/e> www.comprasparana.pr.gov.br;

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Luciano Carvalho e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 139, de 14 de maio de 2024, publicada no DIOE nº 11.664 de 21/05/2024;

E-mail: licitacaoadapar@adapar.pr.gov.br - UTLI – Adapar;

Telefones: (41) 3313-4189 e (44) 9.9122-7386.

Endereço: Rua dos Funcionários, 1559, Cabral - Curitiba / Paraná – CEP 80.035-050;

O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico www.gov.br/compras pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO:

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos de cada um dos Lotes fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1. Os valores que permanecerem acima dos valores totais máximos de cada Lote, fixados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima dos valores totais máximos fixados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

A não exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, face o valor máximo dos Lotes da presente licitação, justifica-se em função de que as empresas que atuam neste segmento, em sua maioria, não são formadas por ME e EPP, o que poderá representar prejuízos à Administração, com a repetição de outro certame, haja vista a restrição à participação de fabricantes, distribuidores e de empresas do ramo.

Conforme artigo 120 do Decreto Estadual 10.086/2022:

Art. 120. Não se aplica o disposto nos arts. 117 a 119 deste Regulamento quando:

I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

6 AMOSTRA:

6.1 Será exigida do arrematante amostra dos objetos licitados, na forma do item 1.5 do Termo de Referência de número 001/2024, anexo I desse Edital.

7 GARANTIA:

7.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

7.1.1 Por tratar-se de entrega única

7.1.2 Pelo baixo valor da contratação.

8 CONSÓRCIO:

8.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

9 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta do Contrato
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual, www.gov.br/compras

1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual www.gov.br/compras, conforme instruções que podem ser obtidas na página Compras.gov.br ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001, portal de atendimento <https://portaldeservicos.economia.gov.br>, suporte técnico realizado de segunda a sexta-feira, de 07 horas às 20 horas.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual www.gov.br/compras implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto dessa licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item ou valor global do Lote (grupo);

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Os produtos deverão possuir data de validade de no mínimo 2/3 de vida útil no momento do recebimento dos mesmos.

Garantia de no mínimo de 90 dias contra defeitos de fabricação, em conformidade com o Decreto 2062/2003. Caso o licitante forneça uma garantia superior, será levada em consideração a de maior tempo;

A validade da proposta é de 90 (noventa) dias;

O CONTRATADO é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao CONTRATADO efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- 5.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.
- 5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00.
- 5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-.
- 5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique a que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, bem como, as amostras dos objetos licitados.

5.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.2.1 Os produtos devem ter no mínimo 2/3 do prazo de validade total na data do recebimento, acompanhados de Certificado de Análise de Produto;

6.6.3.2.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 04 (quatro) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8.DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando os lotes reunirem itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o pregoeiro desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438; TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022 e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 12 de setembro de 2024.

Luciano Carvalho
Pregoeiro – UTLI - Adapar

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA nº 001/2024 – DDA / DSV****1. OBJETO**

O presente termo de Referência tem por objeto a aquisição de cones de sinalização e barreira plástica para sinalização para atender a demanda dos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) e as equipes de Fiscalização Volante da ADAPAR, nos moldes das especificações constantes deste Termo de Referência e conforme especificações da planilha abaixo.

1.1 QUANTITATIVO e VALOR MÁXIMO ADMISSÍVEL

Lote 01	Código GMS	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	Valor unitário máximo	Valor total máximo
Item1	6301 12704	Cone de sinalização, COR: Laranja, ALTURA: Altura mínima de 700 (setecentos) e máxima de 760 (setecentos e sessenta) milímetros, MATERIAL: Em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries, Possuir 2 (dois) anéis retrorrefletivos auto-adesivados ou fixados através de adesivo próprio, flexíveis, na cor branca com elementos microprismáticos metalizados à base de acrílico ou com tecnologia semelhante ou superior, com refletibilidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) candelas/luz/m ² (método ASTM 810, ângulos de 0,2°/-4°), sendo o primeiro anel não inferior a 15 (quinze) centímetros e o segundo não inferior a 10 (dez) centímetros de largura; o segundo anel retrorrefletivo deverá possuir na parte interna a gravação das seguintes letras: "ADAPAR" na cor preta em fonte Arial Black, através do processo silkscreen, permitindo a visualização; Possuir em seu corpo seções para inserção de elementos de isolamento de áreas, tais como fenda para fita zebreada, orifícios para corda, pinos para corrente, orifício para sinalizador eletrônico e bandeiras; Possuir 2 (dois) rebaxos na área onde serão fixados os colares refletivos, impedindo que haja ruptura dos colares refletivos quando do seu empilhamento; Constituído de uma peça única, não sendo permitida a utilização de lastro acoplável, BASE: Quadrada com dimensões de no mínimo 380 (trezentos e oitenta) milímetros e de no máximo 420 (quatrocentos e vinte) milímetros e conter 8 (oito) sapatas para melhor fixação ao solo e passagem de água sob o cone, evitando deslocamentos involuntários.	468	R\$ 97,90	R\$ 45.817,20
Item 2	6301 73704	Barreira plástica para sinalização, na COR: Laranja, com dimensões mínimas de 60 cm X 44 cm X 120 cm respectivamente altura, largura e comprimento, MATERIAL: polietileno com proteção contra raios UV na cor laranja com faixas refletivas brancas, BASE: com sapatas inferiores com aproximadamente 15 cm x 45 cm com faixas laterais refletivas em ambos os lados, com sistema de encaixe nas pontas, permitindo a união com mais unidades, possuir reservatório com tampa na parte superior, permitindo o preenchimento com água para aumentar o peso e estabilidade e evitar o seu deslocamento.	75	R\$ 588,44	R\$ 44.133,00
Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS):					R\$ 89.950,20

No **Anexo 01**, seguem fotos apenas ilustrativas.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Cone de sinalização, **COR:** Laranja, **ALTURA:** Altura mínima de 700 (setecentos) e máxima de 760 (setecentos e sessenta) milímetros, **MATERIAL:** Em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries, Possuir 2 (dois) anéis retrorrefletivos auto-adesivados ou fixados através de adesivo próprio, flexíveis, na cor branca com elementos microprismáticos metalizados à base de acrílico ou com tecnologia semelhante ou superior, com refletibilidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) candelas/luz/m² (método ASTM 810, ângulos de 0,2°/-4°), sendo o primeiro anel não inferior a 15 (quinze) centímetros e o segundo não inferior a 10 (dez) centímetros de largura; o segundo anel retrorrefletivo deverá possuir na parte interna a gravação das seguintes letras: "ADAPAR" na cor preta em fonte Arial Black, através do processo silkscreen, permitindo a visualização; Possuir em seu corpo seções para inserção de elementos de isolamento de áreas, tais como fenda para fita zebreada, orifícios para corda, pinos para corrente, orifício para sinalizador eletrônico e bandeiras; Possuir 2 (dois) rebaixos na área onde serão fixados os colares refletivos, impedindo que haja ruptura dos colares refletivos quando do seu empilhamento; Constituído de uma peça única, não sendo permitida a utilização de lastro acoplável, **BASE:** Quadrada com dimensões de no mínimo 380 (trezentos e oitenta) milímetros e de no máximo 420 (quatrocentos e vinte) milímetros e conter 8 (oito) sapatas para melhor fixação ao solo e passagem de água sob o cone, evitando deslocamentos involuntários.

Fotos no Anexo I

1.2.2 Barreira plástica para sinalização, na **COR:** Laranja, com dimensões mínimas de 60 cm X 44 cm X 120 cm respectivamente altura, largura e comprimento, **MATERIAL:** polietileno com proteção contra raios UV na cor laranja com faixas refletivas brancas, **BASE:** com sapatas inferiores com aproximadamente 15 cm x 45 cm com faixas laterais refletivas em ambos os lados, com sistema de encaixe nas pontas, permitindo a união com mais unidades, possuir reservatório com tampa na parte superior, permitindo o preenchimento com água para aumentar o peso e estabilidade e evitar o seu deslocamento.

Fotos no Anexo I

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Art. 43 - Lei 14.133/21; Art. 22 - Decreto Estadual 10086/2022, inciso VI, atendimento ao Princípio da Padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho.

A licitação deve atender ao Princípio da Padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Sendo o objeto da contratação, Cones de Sinalização, material para fiscalização do Trânsito Agropecuário, os mesmos devem seguir um rigoroso padrão de qualidade, nos moldes das especificações deste Termo de Referência.

1.4 DO FORNECIMENTO

O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura em contrato, em remessa única do lote. A entrega deverá ser realizada na sede de cada Unidade Regional de Sanidade Agropecuária – URS, diretamente ao gerente regional, conforme detalhado no item 9.1.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 A primeira licitante classificada, deverá entregar, no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, acompanhado dos documentos de habilitação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local: Adapar

Logradouro Rua dos Funcionários, 1582, CEP 80035-050, Cidade: Curitiba/PR

A/C do Sr. José Gonçalves de Paula. e-mail: jose.depaula@adapar.pr.gov.br.

Órgão avaliador: Adapar – Almoxarifado Central. Fone: (41) 3313-4185;

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão, no prazo de 3 (três) dias úteis, examinar as amostras apresentadas e emitir o Termo de Aceite ou Conformidade.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista das amostras apresentadas, bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame das amostras, devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo "Informações Adicionais" do site www.licitacoes-e.com.br, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas, ou houverem sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração.

1.5.8 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com as amostras apresentadas e aprovadas.

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado no Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.12. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A justificativa para aquisição dos cones de sinalização é para atender a demanda de equipamentos de sinalização nos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário e para melhor adequar as equipes de Fiscalização Volante da ADAPAR, permitindo maior segurança e visibilidade aos servidores que atuam tanto nos PFTAs como nas Fiscalizações Volantes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 O processo trata da aquisição de material de sinalização e de segurança, a ser utilizado nas atividades de fiscalização agropecuária tanto nos Postos de Fiscalização como nas fiscalizações volantes, auxiliando na identificação da atividade e na visualização dos motoristas que trafegam nas imediações, proporcionando mais segurança e proteção, tanto aos servidores envolvidos na atividade, como os motoristas e transeuntes da localidade.

A referida aquisição, visa repor os materiais que estão desgastados e avariados pelas intempéries do tempo.

A solução proposta pelo presente termo de referência está fundamentada no fato de que as alternativas à aquisição e uso de cones são inviáveis tecnicamente ou economicamente, não existindo alternativa viável para a locação ou prestação de serviço similar, sendo a melhor solução encontrada para sanar o problema, o procedimento licitatório via Pregão Eletrônico para a aquisição dos itens.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para a formação dos preços máximos foi realizada pesquisa de preços junto a empresas especializadas no fornecimento dos objetos dessa licitação, em conformidade com o disposto no art. 368, do decreto estadual n.º 10.086/2022.

4.2 A planilha de formação de preços foi elaborada utilizando-se o preço mínimo dos valores apresentados nas cotações colhidas na forma do §30 do artigo 368 do decreto estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Os preços foram obtidos em cotação direta com fornecedores e pesquisas em sites da internet;

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 Em razão das características da contratação, por ser item único e indivisível, não deve haver o parcelamento em Lotes. O processo vai apresentar Lote único.

6. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1. Considerando que o Desenvolvimento Nacional Sustentável é atualmente um dos três pilares das compras públicas (artigo 3º da lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei Federal nº 12.349/2010 e do Decreto Estadual 4993/2016), torna-se necessária à observância das exigências ambientais e sociais inerentes envolvidas na presente aquisição;

6.2. As empresas participantes do certame deverão adotar os seguintes critérios genéricos de sustentabilidade ambiental, no que couber, em razão do disposto no art. 48 do Decreto Estadual 4.993/2016, quando couber:

a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.3. A comprovação do disposto no item 6.2 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 A licitante deverá observar as disposições da lei complementar n.º 123/2006 (modificada pela lei complementar n. 147/2014) a qual versa sobre as condições para as ME (microempresas) e as EPP (empresas de pequeno porte);

7.2 A não exclusividade para microempresas e as empresas de pequeno porte, face o valor do lote e o valor máximo da presente licitação, justifica-se em função de que as empresas que atuam neste segmento, em sua maioria, não são formadas por ME e EPP, o que poderá representar prejuízos à administração, com a repetição de outro certame, haja vista a restrição à participação de fabricantes, distribuidores e de empresas do ramo.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da lei federal n.º 14.133, de 2021.

8.2 Sugere-se que a referida contratação seja realizada através de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, haja vista que os produtos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais no mercado e padrão de desempenho definidas em edital.

9. LOCAL, PRAZO DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura em contrato, em remessa única do lote, a ser entregue nas Unidades Regionais da Adapar – URS, diretamente em nossa sede administrativa local, conforme quantidade e localização descritos no Anexo II. O contato direto de cada localidade é o Gerente Regional, assim como os telefones de contato que constam no referido Anexo.

As entregas devem ser realizadas no período da manhã das 8h30 às 11h, e no período da tarde das 13h30 às 16h30, ou conforme agendamento prévio;

9.2 Os produtos devem ter no mínimo 2/3 do prazo de validade total na data do recebimento, acompanhados de Certificado de Análise de Produto;

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 04 (quatro) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.9 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

9.10 Os bens serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e na proposta;

9.11 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.12 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos pela CONTRATADA no prazo estabelecido, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.13 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios construtivos, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (artigo 69 da Lei Nº 8.666/1993).

9.14 A CONTRATADA é obrigada a apresentar previamente amostras para aprovação aos responsáveis da parte técnica do item em questão, para a efetivação da entrega seja entrega total ou parcial dos produtos conforme rege termo específico.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pela SEAP/DEAM, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do termo de referência.

11.2. O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

11.3. No caso de ser constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou na documentação apresentada, o órgão **CONTRATANTE** devolverá a fatura e toda a documentação à **CONTRATADA**, para as devidas correções. Ocorrendo esta hipótese, o prazo de pagamento será automaticamente postergado, passando a ser contado na data de sua reapresentação;

11.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais;

11.4.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira CONTRATADA pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO.

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1. Valor Global: R\$ 89.950,20 (oitenta e nove mil novecentos e cinquenta reais e vinte centavos)

12.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houve fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois o objeto deve ser entregue em etapa única.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 Não haverá cobrança de garantia contratual complementar dos bens. Será exigida a garantia legal do objeto adquirido.

17. VIGÊNCIA:

17.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 meses

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 meses, portando não haverá reajustamento. A periodicidade de reajuste do valor de contrato da Adapar é anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: F6533.20.122.22.8298 – Gestão Administrativa;

Fonte de Recursos: 501 000250 – Diretamente Arrecadado;

Programa de Trabalho: 022;

Elemento de Despesa: 3390.3044 – Material de Sinalização Visual e Afins;

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1 O Gestor do Contrato por parte da CONTRATANTE será o servidor Allan Gabriel Campos Pimentel, portador do CPF nº 034.083.059-00.

21.2 O responsável pelo acompanhamento, controle e fiscalização dos itens a serem entregues é o servidor: Paulo Roberto de Paula Brandão, portador do CPF nº 503.946.659-53 – Fiscal de Defesa Agropecuária.

22 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

22.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, *(datado e assinado digitalmente)*

Paulo Roberto de Paula Brandão

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA 001/2024 – DDA

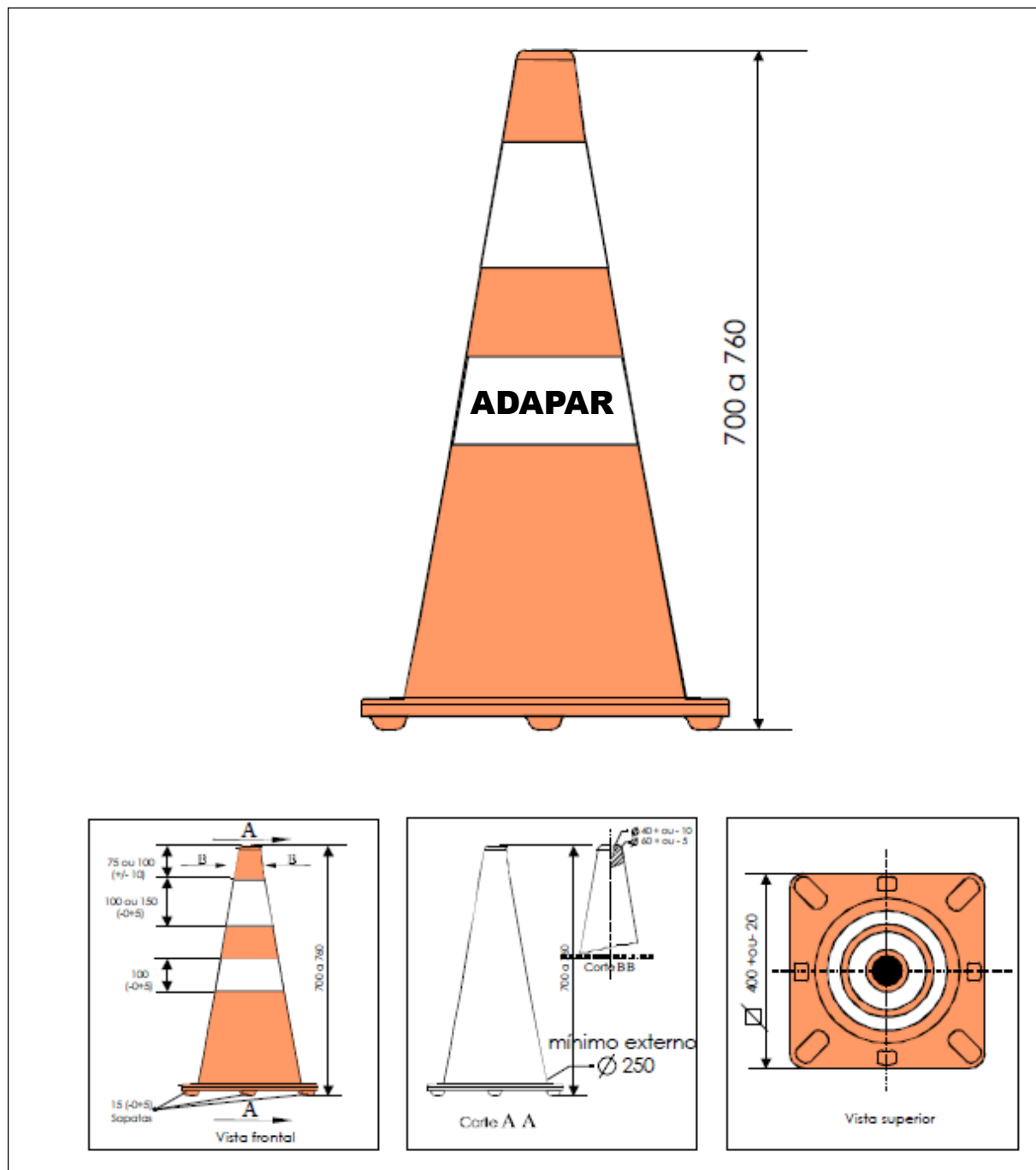
DE ACORDO,

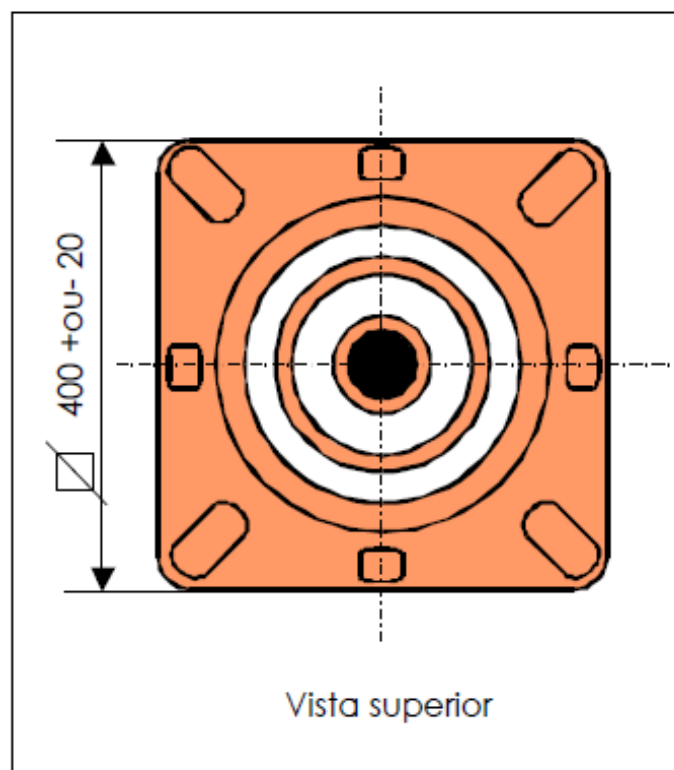
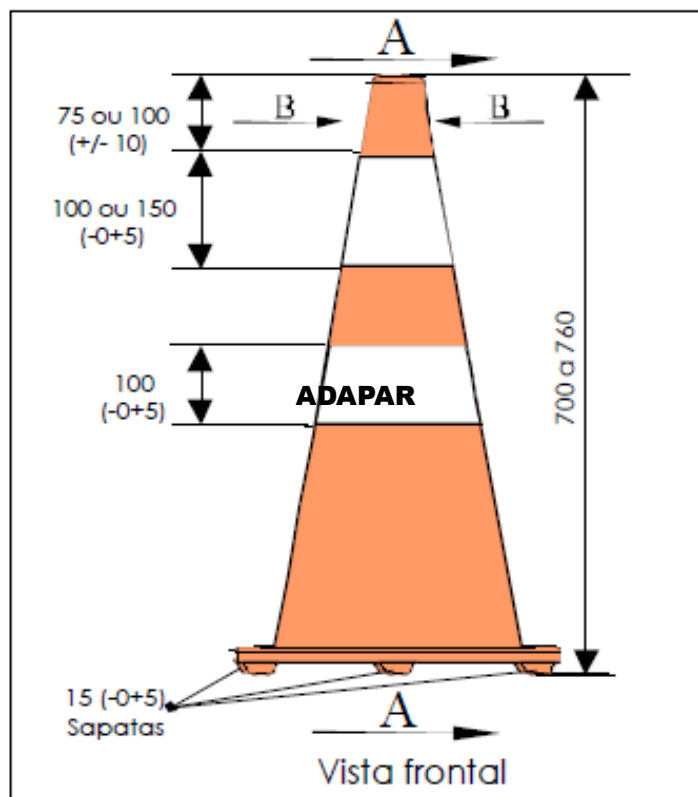
Allan Gabriel Campos Pimentel
Fiscal de Defesa Agropecuária.

Manoel Luiz de Azevedo
Diretor de Defesa Agropecuária

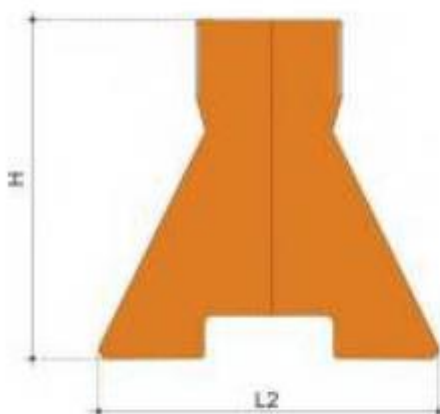
ANEXO I:

Cone de sinalização, em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries.

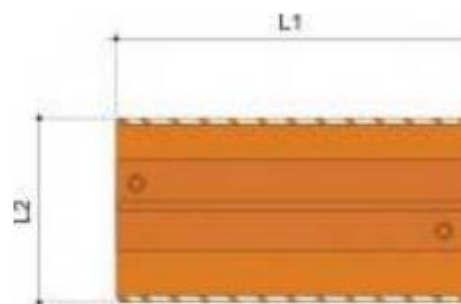




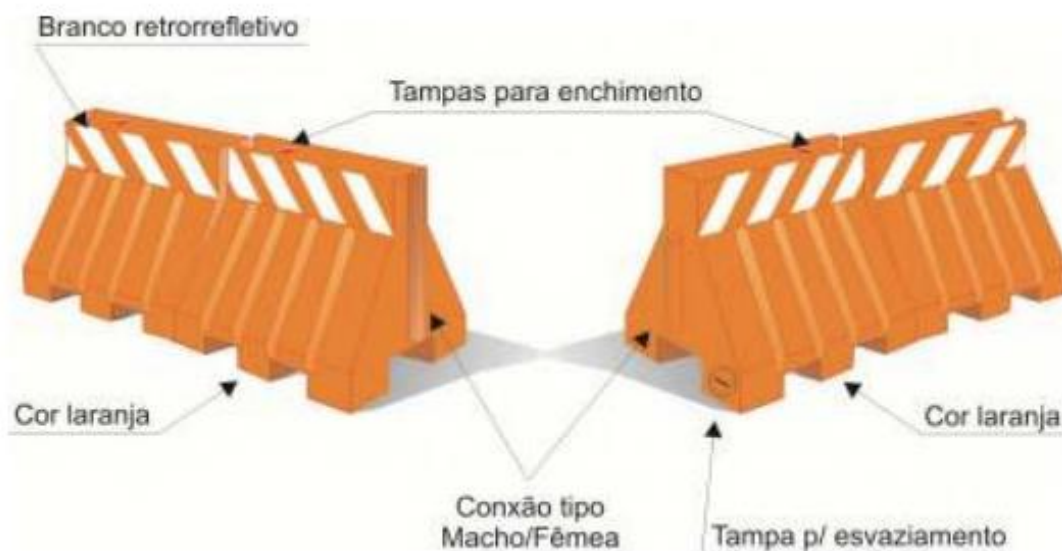
- Altura H = 0,50 a 1,00m
- Largura L1= 1,00 a 2,00m
- Largura L2 = 0,28 a 0,55m



Vista frontal



Vista superior





[https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/copy_of_06_MBST_Vol. VI_Dispositivos_Auxiliares.pdf](https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/copy_of_06_MBST_Vol._VI_Dispositivos_Auxiliares.pdf)

ANEXO II: Distribuição da entrega dos itens por Unidades Regionais – URS.

URS	CONES COMUNS	CONES BARREIRAS	GERENTE REGIONAL / CONTATO	ENDEREÇO DE ENTREGA	FONE/FAX:
1 APUCARANA	7	0	Cecilia Thomaz de Aquino Ribeiro	Av. Dr. Munhoz da Rocha, 51, Barra Funda, Apucarana - PR - MAPA	(43) 3308-8811
2 CAMPO MOURÃO	7	0	Emanuel Roberto Silva Vaccarelli	Avenida João Bento, 1899, Campo Mourão - PR - MAPA	(44) 3523-6546 / (44) 3525-1375
3 CASCAVEL	7	0	Odete Volz Medeiros	Avenida Brasil, 2040 - Cascavel - PR - MAPA	(45) 2101-4960 / (45) 2101-4969
4 CIANORTE	7	0	Filipe Penha Tinoco	R. Tiradentes, 67 - Zona 1, Cianorte - PR, 87200-000	(44)3629-3800
5 CORNÉLIO PROCÓPIO	51	5	Valdir Lourenço	Av. Minas Gerais, 1351, Cornélio Procópio - PR - MAPA	(43) 3520-3700 / (43) 3520-3716
6 CURITIBA	44	10	Elaine Marcondes Carneiro	Rua dos Funcionários, 1560, Curitiba - PR - MAPA	(41) 3313-4122
7 DOIS VIZINHOS	7	0	Leila Maria Spengler Matzenbacher	Rua Souza Naves, 77, Dois Vizinhos - PR - MAPA	(46) 3536-8250 / (46) 3536-8252 / (46) 3536-2848
8 FRANCISCO BELTRÃO	52	5	Ellis Cristina Picinini	Rua Tenente Camargo - 1312 - Sala 7 - Setor A - Bairro Presidente Kennedy - Francisco Beltrão - PR - MAPA	(46) 3905-3300 - WhatsApp (46) 3905 3311
9 GUARAPUAVA	7	0	Marcia Maria Zago	Rua Vicente Machado, 1827, Centro, Guarapuava - PR - MAPA	(42) 3422-7554
10 IRATI	7	0	Elizabeth Brown Rodrigues	Rua João Candido Ferreira, 61 - Centro - Irati - PR - MAPA	(42) 3303-2100
11 IVAIPORÃ	7	0	Maria Andreola	Av. Souza Naves, 2410, Ivaiporã - PR - MAPA	(43) 3472-8365
12 JACAREZINHO	65	20	Mario Roberto Ferri	Rua do Rosário, 641, Jacarezinho - PR - MAPA	(43) 3525-7724 / 3525-2627
13 LARANJEIRAS DO SUL	7	0	Cristiane do Rocio Kruger	Avenida Santos Dumond nº 2341 - CEP: 85.301.040. Laranjeiras do Sul - PR - MAPA	(42) 3635-5731
14 LONDRINA	14	0	Marcelo Takeo Matsubara	Rod. Celso Garcia Cid, 375 - Conj. Ernani Moura Lima II, Londrina - PR - MAPA	(43) 2104-7900
15 MARINGÁ	26	5	Ana Paula Moser	Rua Arthur Thomas, 368, Zona 1 - Maringá - MAPA	(44) 2103-5880
16 PARANAGUÁ	24	5	Elio Ricardo Credde	Rua Doutor Xavier da Silva, 1210, Centro, Guaratuba - PR - MAPA	(41) 3472-1003
17 PARANAVAÍ	32	5	Alisson Santos Barroso	Rua Antônio Felipe, 2686, Paranavaí - PR - MAPA	(44) 3421-1450
18 PATO BRANCO	21	5	Pedro Castro Tondo	Rua Silveira Martins, 456, Pato Branco - PR - MAPA	(46) 3309-2122
19 PONTA GROSSA	7	5	Luiz Antonio Scheuer	Rua Nestor Guimarães, 166, Ponta Grossa - PR - MAPA	(42) 2102-2744 (GERAL)
20 TOLEDO	24	0	Antônio Carlos Dezaneti	Avenida Parigot de Souza, 4300 - Jardim Santa Maria, Toledo - PR - MAPA	(45) 2103-5168
21 UMUARAMA	24	5	Roberto Carlos Machado	PR-323 - Km 303 - Parque de Exposições Dário Pimenta da Nóbrega, Umuarama - PR - MAPA	(44) 3361-1323 / Fax: (44) 3361-1322
22 UNIÃO DA VITÓRIA	21	5	Luiz Gonzaga Cechinel Junior	Rua Professora Amazília, 747, União da Vitória - PR - MAPA	(42)3521-3800
Previsão de compra	468	75			
		543			

ANEXO II**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

Justificativa: A avaliação da boa situação financeira de uma empresa é feita pela demonstração de índices contábeis usualmente adotados, sendo os índices de liquidez geral – LG, de liquidez corrente – LC e o índice de solvência geral – SG. Portanto, a solvência é a capacidade de uma companhia de honrar com suas obrigações financeiras. Definimos os seguintes índices contábeis:

- Índice maior que 1: a empresa possui folga para cumprir suas obrigações, ou seja, apresenta liquidez;
- Igual a 1: os valores à disposição da empresa empatam com as contas que ela tem para pagar, ou seja, a empresa possui o mesmo valor de bens e de obrigações;
- Menor que 1: significa que caso a empresa precisasse quitar todas as suas obrigações no curto prazo, ela não teria recursos suficientes, ou seja, não possui bens e direitos suficientes para quitar as suas dívidas.

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1.1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o lote arrematado.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO VIII), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: 2024

DADOS DO FORNECEDOR

Razão Social:

CNPJ

Endereço:

Cidade:

Bairro:

CEP:

Telefones:

Prazo de validade da Proposta: 90 dias

Banco:

Agência:

Conta-corrente:

PARA: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	468	Cone de sinalização, COR: Laranja, ALTURA: Altura mínima de 700 (setecentos) e máxima de 760 (setecentos e sessenta) milímetros, MATERIAL: Em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries, Possuir 2 (dois) anéis retrorrefletivos auto-adesivados ou fixados através de adesivo próprio, flexíveis, na cor branca com elementos microprismáticos metalizados à base de acrílico ou com tecnologia semelhante ou superior, com refletibilidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) candelas/luz/m² (método ASTM 810, ângulos de 0,2°/-4°), sendo o primeiro anel não inferior a 15 (quinze) centímetros e o segundo não inferior a 10 (dez) centímetros de largura; o segundo anel retrorrefletivo deverá possuir na parte interna a gravação das seguintes letras: "ADAPAR" na cor preta em fonte Arial Black, através do processo silkscreen, permitindo a visualização; Possuir em seu corpo seções para inserção de elementos de isolamento de áreas, tais como fenda para fita zebreada, orifícios para corda, pinos para corrente, orifício para sinalizador eletrônico e bandeirolas; Possuir 2 (dois) rebaixos na área onde serão fixados os colares refletivos, impedindo que haja ruptura dos colares refletivos quando do seu empilhamento; Constituído de uma peça única, não sendo permitida a utilização de lastro acoplável, BASE: Quadrada com dimensões de no mínimo 380 (trezentos e oitenta) milímetros e de no máximo 420 (quatrocentos e vinte) milímetros e conter 8 (oito) sapatas para melhor fixação ao solo e passagem de água sob o cone, evitando deslocamentos involuntários.		
2	75	Barreira plástica para sinalização, na COR: Laranja, com dimensões mínimas de 60 cm X 44 cm X 120 cm respectivamente altura, largura e comprimento, MATERIAL: polietileno com proteção contra raios UV na cor laranja com faixas refletivas brancas, BASE: com sapatas inferiores com aproximadamente 15 cm x 45 cm com faixas laterais refletivas em ambos os lados, com sistema de encaixe nas pontas, permitindo a união com mais unidades, possuir reservatório com tampa na parte superior, permitindo o preenchimento com água para aumentar o peso e estabilidade e evitar o seu deslocamento.		
VALOR TOTAL:				

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**1. CONDIÇÕES GERAIS****1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1.2.1 Cone de sinalização, COR: Laranja, ALTURA: Altura mínima de 700 (setecentos) e máxima de 760 (setecentos e sessenta) milímetros, MATERIAL: Em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries, Possuir 2 (dois) anéis retrorrefletivos auto-adesivados ou fixados através de adesivo próprio, flexíveis, na cor branca com elementos microprismáticos metalizados à base de acrílico ou com tecnologia semelhante ou superior, com refletibilidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) candelas/luz/m² (método ASTM 810, ângulos de 0,2°/-4°), sendo o primeiro anel não inferior a 15 (quinze) centímetros e o segundo não inferior a 10 (dez) centímetros de largura; o segundo anel retrorrefletivo deverá possuir na parte interna a gravação das seguintes letras: "ADAPAR" na cor preta em fonte Arial Black, através do processo silkscreen, permitindo a visualização; Possuir em seu corpo seções para inserção de elementos de isolamento de áreas, tais como fenda para fita zebreada, orifícios para corda, pinos para corrente, orifício para sinalizador eletrônico e bandeirolas; Possuir 2 (dois) rebaixos na área onde serão fixados os colares refletivos, impedindo que haja ruptura dos colares refletivos quando do seu empilhamento; Constituído de uma peça única, não sendo permitida a utilização de lastro acoplável, BASE: Quadrada com dimensões de no mínimo 380 (trezentos e oitenta) milímetros e de no máximo 420 (quatrocentos e vinte) milímetros e conter 8 (oito) sapatas para melhor fixação ao solo e passagem de água sob o cone, evitando deslocamentos involuntários.

Fotos no Anexo I

1.2.2 Barreira plástica para sinalização, na COR: Laranja, com dimensões mínimas de 60 cm X 44 cm X 120 cm respectivamente altura, largura e comprimento, MATERIAL: polietileno com proteção contra raios UV na cor laranja com faixas refletivas brancas, BASE: com sapatas inferiores com aproximadamente 15 cm x 45 cm com faixas laterais refletivas em ambos os lados, com sistema de encaixe nas pontas, permitindo a união com mais unidades, possuir reservatório com tampa na parte superior, permitindo o preenchimento com água para aumentar o peso e estabilidade e evitar o seu deslocamento.

Fotos no Anexo I

1.3 LOCAL, PRAZO DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

1.3.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da assinatura em contrato, em remessa única do lote, a ser entregue nas Unidades Regionais da Adapar – URS, diretamente em nossa sede administrativa local, conforme quantidade e localização descritos no Anexo II. O contato direto de cada localidade é o Gerente Regional, assim como os telefones de contato que constam no referido Anexo.

As entregas devem ser realizadas no período da manhã das 8h30 às 11h, e no período da tarde das 13h30 às 16h30, ou conforme agendamento prévio;

1.3.2 Os produtos devem ter no mínimo 2/3 do prazo de validade total na data do recebimento, acompanhados de Certificado de Análise de Produto;

1.3.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 04 (quatro) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

1.3.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.3.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

1.3.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1.3.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

1.3.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

1.3.9 Os bens serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e na proposta;

1.3.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

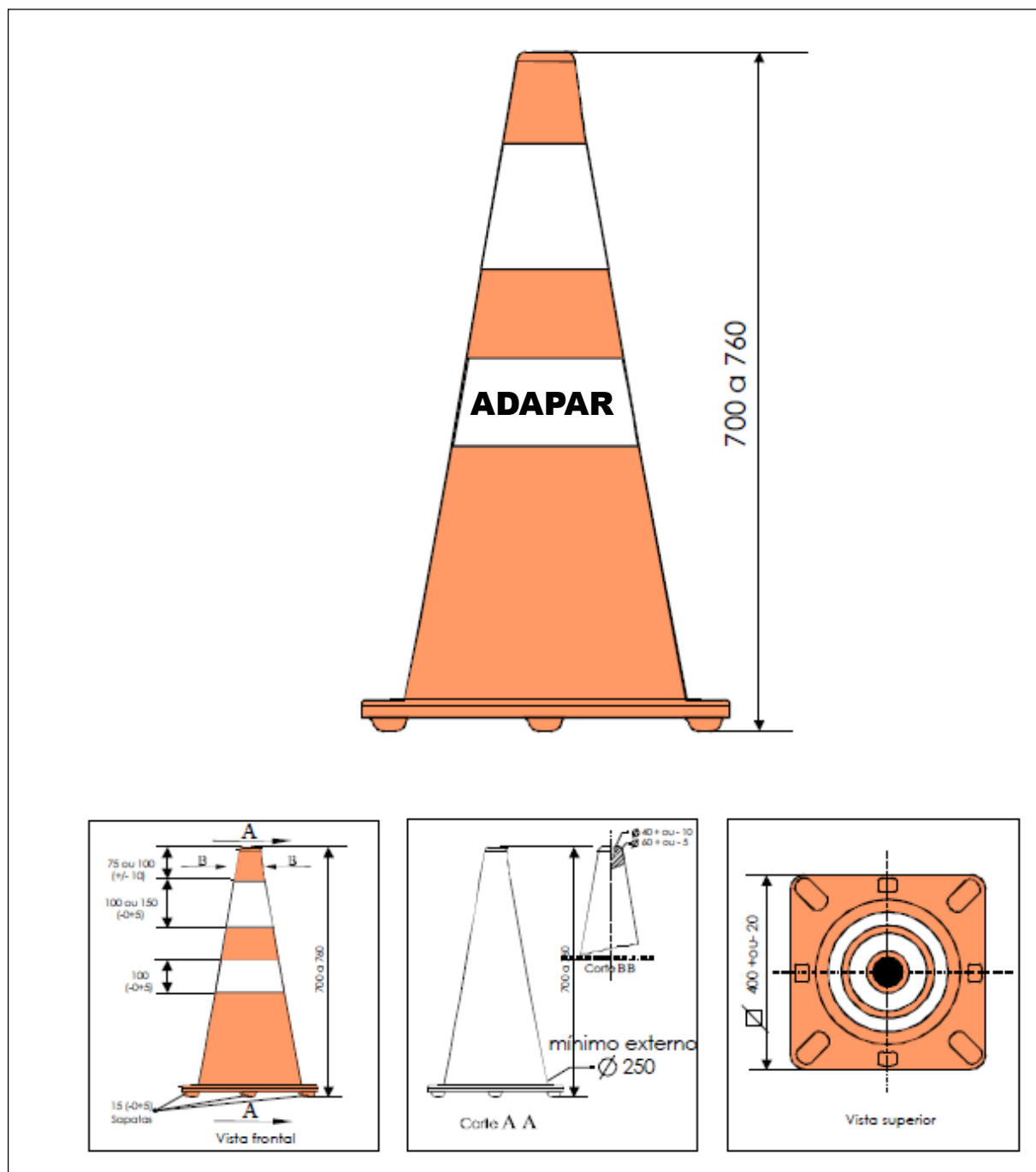
1.3.11 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos pela CONTRATADA no prazo estabelecido, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

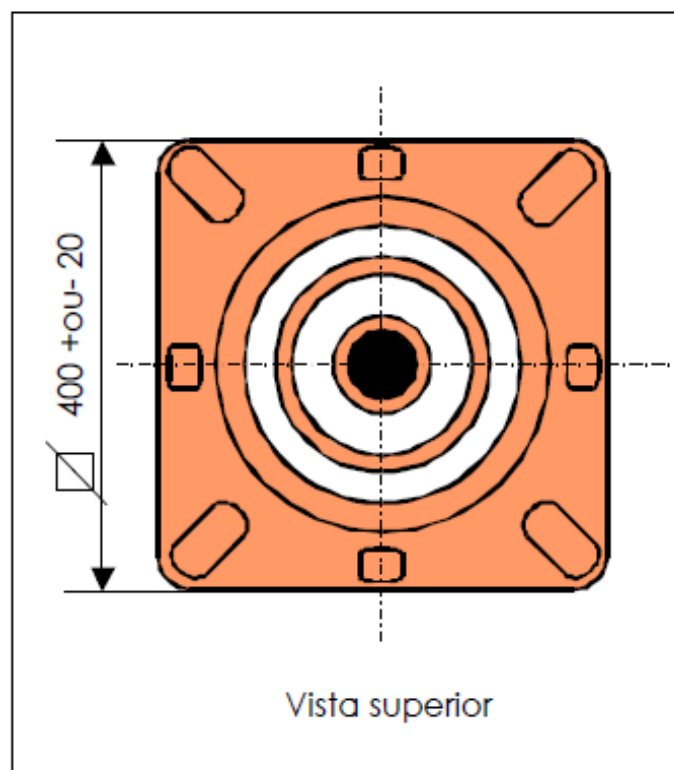
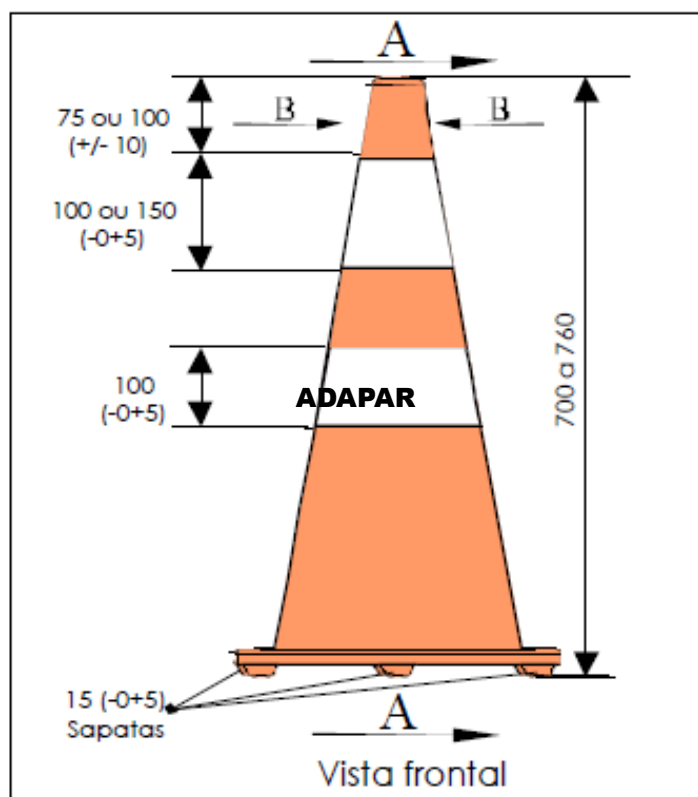
1.3.12 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios construtivos, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (artigo 69 da Lei Nº 8.666/1993).

1.3.13 A CONTRATADA é obrigada a apresentar previamente amostras para aprovação aos responsáveis da parte técnica do item em questão, para a efetivação da entrega seja entrega total ou parcial dos produtos conforme rege termo específico.

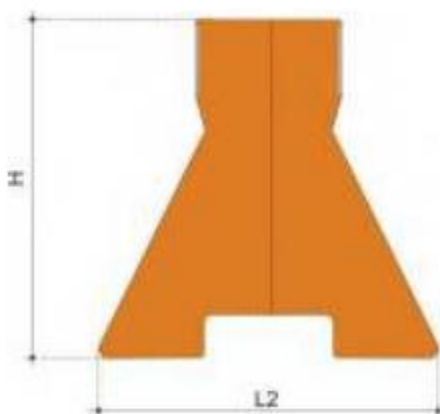
ANEXO I:

Cone de sinalização, em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries.

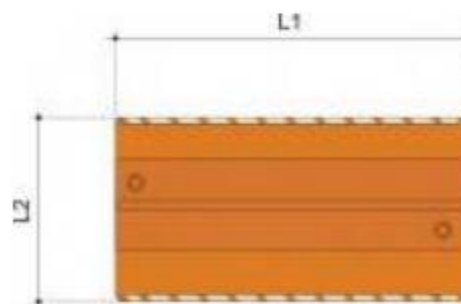




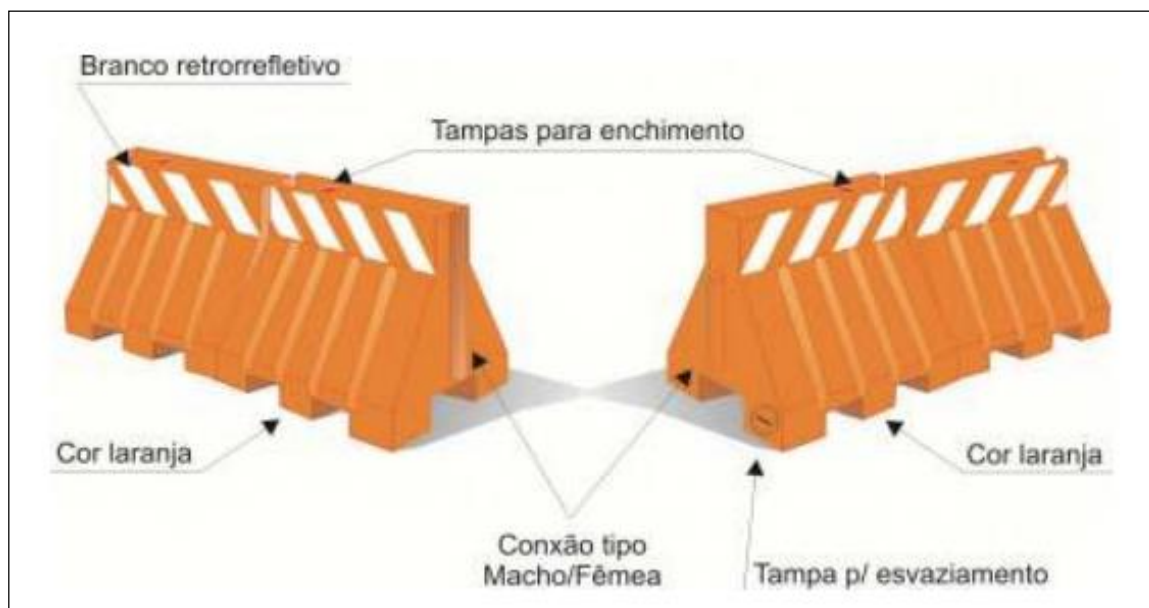
- Altura H = 0,50 a 1,00m
- Largura L1= 1,00 a 2,00m
- Largura L2 = 0,28 a 0,55m



Vista frontal



Vista superior





<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/arquivos-senatran/docs/copy of 06 MBST Vol. VI Dispositivos Auxiliares.pdf>

ANEXO II: Distribuição da entrega dos itens por Unidades Regionais – URS.

URS	CONES COMUNS	CONES BARREIRAS	GERENTE REGIONAL / CONTATO	ENDEREÇO DE ENTREGA	FONE/FAX:
1 APUCARANA	7	0	Cecilia Thomaz de Aquino Ribeiro	Av. Dr. Munhoz da Rocha, 51, Barra Funda, Apucarana - PR - MAPA	(43) 3308-8811
2 CAMPO MOURÃO	7	0	Emanuel Roberto Silva Vaccarelli	Avenida João Bento, 1899, Campo Mourão - PR - MAPA	(44) 3523-6546 / (44) 3525-1375
3 CASCAVEL	7	0	Odete Volz Medeiros	Avenida Brasil, 2040 - Cascavel - PR - MAPA	(45) 2101-4960 / (45) 2101-4969
4 CIANORTE	7	0	Filipe Penha Tinoco	R. Tiradentes, 67 - Zona 1, Cianorte - PR, 87200-000	(44)3629-3800
5 CORNÉLIO PROCÓPIO	51	5	Valdir Lourenço	Av. Minas Gerais, 1351, Cornélio Procópio - PR - MAPA	(43) 3520-3700 / (43) 3520-3716
6 CURITIBA	44	10	Elaine Marcondes Carneiro	Rua dos Funcionários, 1560, Curitiba - PR - MAPA	(41) 3313-4122
7 DOIS VIZINHOS	7	0	Leila Maria Spengler Matzenbacher	Rua Souza Naves, 77, Dois Vizinhos - PR - MAPA	(46) 3536-8250 / (46) 3536-8252 / (46) 3536-2848
8 FRANCISCO BELTRÃO	52	5	Ellis Cristina Picinini	Rua Tenente Camargo - 1312 - Sala 7 - Setor A - Bairro Presidente Kennedy - Francisco Beltrão - PR - MAPA	(46) 3905-3300 - whatsapp (46) 3905 3311
9 GUARAPUAVA	7	0	Marcia Maria Zago	Rua Vicente Machado, 1827, Centro, Guarapuava - PR - MAPA	(42) 3422-7554
10 IRATI	7	0	Elizabeth Brown Rodrigues	Rua João Candido Ferreira, 61 - Centro - Irati - PR - MAPA	(42) 3303-2100
11 IVAIPORÃ	7	0	Maria Andreola	Av. Souza Naves, 2410, Ivaiporã - PR - MAPA	(43) 3472-8365
12 JACAREZINHO	65	20	Mario Roberto Ferri	Rua do Rosário, 641, Jacarezinho - PR - MAPA	(43) 3525-7724 / 3525-2627
13 LARANJEIRAS DO SUL	7	0	Cristiane do Rocio Kruger	Avenida Santos Dumond nº 2341 - CEP: 85.301.040, Laranjeiras do Sul - PR - MAPA	(42) 3635-5731
14 LONDRINA	14	0	Marcelo Takeo Matsubara	Rod. Celso Garcia Cid, 375 - Conj. Ernani Moura Lima II, Londrina - PR - MAPA	(43) 2104-7900
15 MARINGÁ	26	5	Ana Paula Moser	Rua Arthur Thomas, 368, Zona 1 - Maringá - MAPA	(44) 2103-5880
16 PARANAGUÁ	24	5	Elio Ricardo Credde	Rua Doutor Xavier da Silva, 1210, Centro, Guaratuba - PR - MAPA	(41) 3472-1003
17 PARANAVAI	32	5	Alisson Santos Barroso	Rua Antônio Felipe, 2686, Paranaíba - PR - MAPA	(44) 3421-1450
18 PATO BRANCO	21	5	Pedro Castro Tondo	Rua Silveira Martins, 456, Pato Branco - PR - MAPA	(46) 3309-2122
19 PONTA GROSSA	7	5	Luiz Antonio Scheuer	Rua Nestor Guimarães, 166, Ponta Grossa - PR - MAPA	(42) 2102-2744 (GERAL)
20 TOLEDO	24	0	Antônio Carlos Dezaneti	Avenida Parigot de Souza, 4300 - Jardim Santa Maria, Toledo - PR - MAPA	(45) 2103-5168
21 UMUARAMA	24	5	Roberto Carlos Machado	PR-323 - Km 303 - Parque de Exposições Dário Pimenta da Nóbrega, Umuarama - PR - MAPA	(44) 3361-1323 / Fax: (44) 3361-1322
22 UNIÃO DA VITÓRIA	21	5	Luiz Gonzaga Cechinel Junior	Rua Professora Amália, 747, União da Vitória - PR - MAPA	(42)3521-3800
Previsão de compra	468	75			
		543			

(Carimbo e assinatura da empresa)

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO****(Timbre ou identificação do licitante)**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

Distribuição da entrega dos itens por Unidades Regionais – URS.

URS	CONES COMUNS	CONES BARREIRAS	GERENTE REGIONAL / CONTATO	ENDEREÇO DE ENTREGA	FONE/FAX:
1 APUCARANA	7	0	Cecília Thomaz de Aquino Ribeiro	Av. Dr. Munhoz da Rocha, 51, Barra Funda, Apucarana - PR - MAPA	(43) 3308-8811
2 CAMPO MOURÃO	7	0	Emanuel Roberto Silva Vaccarelli	Avenida João Bento, 1899, Campo Mourão - PR - MAPA	(44) 3523-6546 / (44) 3525-1375
3 CASCATEL	7	0	Odete Volz Medeiros	Avenida Brasil, 2040 - CascateL - PR - MAPA	(45) 2101-4960 / (45) 2101-4969
4 CIANORTE	7	0	Filipe Penha Tinoco	R. Tiradentes, 67 - Zona 1, Cianorte - PR, 87200-000	(44)3629-3800
5 CORNÉLIO PROCÓPIO	51	5	Valdir Lourenço	Av. Minas Gerais, 1351, Cornélio Procópio - PR - MAPA	(43) 3520-3700 / (43) 3520-3716
6 CURITIBA	44	10	Elaine Marcondes Carneiro	Rua dos Funcionários, 1560, Curitiba - PR - MAPA	(41) 3313-4122
7 DOIS VIZINHOS	7	0	Leila Maria Spengler Matzenbacher	Rua Souza Naves, 77, Dois Vizinhos - PR - MAPA	(46) 3536-8250 / (46) 3536-8252 / (46) 3536-2848
8 FRANCISCO BELTRÃO	52	5	Ellis Cristina Picinini	Rua Tenente Camargo - 1312 - Sala 7 - Setor A - Bairro Presidente Kennedy - Francisco Beltrão - PR - MAPA	(46) 3905-3300 - whatsapp (46) 3905 3311
9 GUARAPUAVA	7	0	Marcia Maria Zago	Rua Vicente Machado, 1827, Centro, Guarapuava - PR - MAPA	(42) 3422-7554
10 IRATI	7	0	Elizabeth Brown Rodrigues	Rua João Candido Ferreira, 61 - Centro - Irati - PR - MAPA	(42) 3303-2100
11 IVAIPORÃ	7	0	Maria Andreola	Av. Souza Naves, 2410, Ivaiporã - PR - MAPA	(43) 3472-8365
12 JACAREZINHO	65	20	Mario Roberto Ferri	Rua do Rosário, 641, Jacarezinho - PR - MAPA	(43) 3525-7724 / 3525-2627
13 LARANJEIRAS DO SUL	7	0	Cristiane do Rocio Kruger	Avenida Santos Dumond nº 2341 - CEP: 85.301.040. Laranjeiras do Sul - PR - MAPA	(42) 3635-5731
14 LONDRINA	14	0	Marcelo Takeo Matsubara	Rod. Celso Garcia Cid, 375 - Conj. Ernani Moura Lima II, Londrina - PR - MAPA	(43) 2104-7900
15 MARINGÁ	26	5	Ana Paula Moser	Rua Arthur Thomas, 368, Zona 1 - Maringá - MAPA	(44) 2103-5880
16 PARANAGUÁ	24	5	Elio Ricardo Credde	Rua Doutor Xavier da Silva, 1210, Centro, Guaratuba - PR - MAPA	(41) 3472-1003
17 PARANAVAÍ	32	5	Alisson Santos Barroso	Rua Antônio Felipe, 2686, Paranaíba - PR - MAPA	(44) 3421-1450
18 PATO BRANCO	21	5	Pedro Castro Tondo	Rua Silveira Martins, 456, Pato Branco - PR - MAPA	(46) 3309-2122
19 PONTA GROSSA	7	5	Luiz Antonio Scheuer	Rua Nestor Guimarães, 166, Ponta Grossa - PR - MAPA	(42) 2102-2744 (GERAL)
20 TOLEDO	24	0	Antônio Carlos Dezaneti	Avenida Parigot de Souza, 4300 - Jardim Santa Maria, Toledo - PR - MAPA	(45) 2103-5168
21 UMUARAMA	24	5	Roberto Carlos Machado	PR-323 - Km 303 - Parque de Exposições Dário Pimenta da Nóbrega, Umuarama - PR - MAPA	(44) 3361-1323 / Fax: (44) 3361-1322
22 UNIÃO DA VITÓRIA	21	5	Luiz Gonzaga Cechinel Junior	Rua Professora Amália, 747, União da Vitória - PR - MAPA	(42)3521-3800
Previsão de compra	468	75			
		543			

ANEXO VII**MINUTA DO CONTRATO Nº xxxxxx/2024**

CONTRATANTE O ESTADO DO PARANÁ, através da **AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR**, com sede na Rua dos Funcionários, 1.559 – Cabral – Curitiba / PR, inscrita no CNPJ sob nº 15.496.101/0001-72, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente **Otamir Cesar Martins**, nomeado pelo Decreto nº 085 de 09/01/2019, inscrito no CPF sob o nº 171.633.829-87, portador do RG nº 782.724-5, expedido por SESP/PR.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ sob o n.º: XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XX, CEP: XXXXX, neste ato representado pelo seu XXXXXX, o senhor XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o n.º: XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da carteira de identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado a: e-mail: Rua XXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro: XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XX, CEP: XXXXX, e-mail: XXXXXXXX telefone: (XXX) XXXXXXXX-XXXX.

O presente contrato será regido pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202-XXXX (protocolo n.º 21.977.020-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO:

Aquisição de cones de sinalização e barreira plástica para sinalização para atender a demanda dos Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA) e as equipes de Fiscalização Volante da ADAPAR, nos moldes das especificações, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote 01	Descrição do objeto	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Item 01	Cone de sinalização, COR: Laranja, ALTURA: Altura mínima de 700 setecentos) e máxima de 760 (setecentos e sessenta) milímetros, MATERIAL: Em material com característica flexível que permita dobrá-lo totalmente ao meio sem prejuízo a seu formato original, isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes, resistente a intempéries, Possuir 2 (dois) anéis retrorrefletivos auto-adesivados ou fixados através de adesivo próprio, flexíveis, na cor branca com elementos microprismáticos metalizados à base de acrílico ou com tecnologia semelhante ou superior, com refletibilidade mínima de 250 (duzentos e cinquenta) candelas/luz/m² (método ASTM 810, ângulos de 0,2°/-4°), sendo o primeiro anel não inferior a 15 (quinze) centímetros e o segundo não inferior a 10 (dez) centímetros de largura; o segundo anel retrorrefletivo deverá possuir na parte interna a gravação das seguintes letras: "ADAPAR" na cor preta em fonte Arial Black, através do processo silkscreen, permitindo a visualização; Possuir em seu corpo seções para inserção de elementos de isolamento de áreas, tais como fenda para fita zebrada, orifícios para corda, pinos para corrente, orifício para sinalizador eletrônico e bandeirolas; Possuir 2 (dois) rebaixos na área onde serão fixados os colares refletivos, impedindo que haja ruptura dos colares refletivos quando do seu empilhamento; Constituído de uma peça única, não sendo permitida a utilização de lastro acoplável, BASE: Quadrada com dimensões de no mínimo 380 (trezentos e oitenta) milímetros e de no máximo 420 (quatrocentos e vinte) milímetros e conter 8 (oito) sapatas para melhor fixação ao solo e passagem de água sob o cone, evitando deslocamentos involuntários.	468	R\$	R\$

Item 02	Barreira plástica para sinalização, na COR: Laranja, com dimensões mínimas de 60 cm X 44 cm X 120 cm respectivamente altura, largura e comprimento, MATERIAL: polietileno com proteção contra raios UV na cor laranja com faixas refletivas brancas, BASE: com sapatas inferiores com aproximadamente 15 cm x 45 cm com faixas laterais refletivas em ambos os lados, com sistema de encaixe nas pontas, permitindo a união com mais unidades, possuir reservatório com tampa na parte superior, permitindo o preenchimento com água para aumentar o peso e estabilidade e evitar o seu deslocamento.	75	R\$	R\$
---------	---	----	-----	-----

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º 21.977.020-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

Os bens deverão ser fornecidos em remessa única do lote, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

4.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao servidor **Allan Gabriel Campos Pimentel**, CPF Nº: 034.083.059-00 ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao servidor **Paulo Roberto de Paula Brandão**, CPF Nº: 503.946.659-53 ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato, na sede de cada Escritório Regional da Adapar, diretamente ao gerente regional, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

URS		CONES COMUNS	CONES BARREIRAS	GERENTE REGIONAL / CONTATO	ENDEREÇO DE ENTREGA	FONE/FAX:
1	APUCARANA	7	0	Cecilia Thomaz de Aquino Ribeiro	Av. Dr. Munhoz da Rocha, 51, Barra Funda, Apucarana - PR - MAPA	(43) 3308-8811
2	CAMPO MOURÃO	7	0	Emanuel Roberto Silva Vaccarelli	Avenida João Bento, 1899, Campo Mourão - PR - MAPA	(44) 3523-6546 / (44) 3525-1375
3	CASCADEL	7	0	Odete Volz Medeiros	Avenida Brasil, 2040 - Cascavel - PR - MAPA	(45) 2101-4960 / (45) 2101-4969
4	CIANORTE	7	0	Filipe Penha Tinoco	R. Tiradentes, 67 - Zona 1, Cianorte - PR, 87200-000	(44)3629-3800
5	CORNÉLIO PROCÓPIO	51	5	Valdir Lourenço	Av. Minas Gerais, 1351, Cornélio Procópio - PR - MAPA	(43) 3520-3700 / (43) 3520-3716
6	CURITIBA	44	10	Elaine Marcondes Carneiro	Rua dos Funcionários, 1560, Curitiba - PR - MAPA	(41) 3313-4122
7	DOIS VIZINHOS	7	0	Leila Maria Spengler Matzenbacher	Rua Souza Naves, 77, Dois Vizinhos - PR - MAPA	(46) 3536-8250 / (46) 3536-8252 / (46) 3536-2848
8	FRANCISCO BELTRÃO	52	5	Ellis Cristina Picinini	Rua Tenente Camargo - 1312 - Sala 7 - Setor A - Bairro Presidente Kennedy - Francisco Beltrão - PR - MAPA	(46) 3905-3300 - whatsapp (46) 3905 3311
9	GUARAPUAVA	7	0	Marcia Maria Zago	Rua Vicente Machado, 1827, Centro, Guarapuava - PR - MAPA	(42) 3422-7554
10	IRATI	7	0	Elizabeth Brown Rodrigues	Rua João Candido Ferreira, 61 - Centro - Irati - PR - MAPA	(42) 3303-2100
11	IVAIPORÃ	7	0	Maria Andreola	Av. Souza Naves, 2410, Ivaiporã - PR - MAPA	(43) 3472-8365
12	JACAREZINHO	65	20	Mario Roberto Ferri	Rua do Rosário, 641, Jacarezinho - PR - MAPA	(43) 3525-7724 / 3525-2627
13	LARANJEIRAS DO SUL	7	0	Cristiane do Rocio Kruger	Avenida Santos Dumond nº 2341 - CEP: 85.301.040. Laranjeiras do Sul - PR - MAPA	(42) 3635-5731
14	LONDRINA	14	0	Marcelo Takeo Matsubara	Rod. Celso Garcia Cid, 375 - Conj. Ernani Moura Lima II, Londrina - PR - MAPA	(43) 2104-7900
15	MARINGÁ	26	5	Ana Paula Moser	Rua Arthur Thomas, 368, Zona 1 - Maringá - MAPA	(44) 2103-5880
16	PARANAGUÁ	24	5	Elio Ricardo Credro	Rua Doutor Xavier da Silva, 1210, Centro, Guaratuba - PR - MAPA	(41) 3472-1003
17	PARANAVAÍ	32	5	Alisson Santos Barroso	Rua Antônio Felipe, 2686, Paranavaí - PR - MAPA	(44) 3421-1450
18	PATO BRANCO	21	5	Pedro Castro Tondo	Rua Silveira Martins, 456, Pato Branco - PR - MAPA	(46) 3309-2122
19	PONTA GROSSA	7	5	Luiz Antonio Scheuer	Rua Nestor Guimarães, 166, Ponta Grossa - PR - MAPA	(42) 2102-2744 (GERAL)
20	TOLEDO	24	0	Antônio Carlos Dezaneti	Avenida Parigot de Souza, 4300 - Jardim Santa Maria, Toledo - PR - MAPA	(45) 2103-5168
21	UMUARAMA	24	5	Roberto Carlos Machado	PR-323 - Km 303 - Parque de Exposições Dário Pimenta da Nóbrega, Umuarama - PR - MAPA	(44) 3361-1323 / Fax: (44) 3361-1322
22	UNIÃO DA VITÓRIA	21	5	Luiz Gonzaga Cechinel Junior	Rua Professora Amália, 747, União da Vitória - PR - MAPA	(42)3521-3800
TOTAL		468	75	543		

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 04 (quatro) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 6533

Fonte de Recursos: 501 000250

Programa de Trabalho: 22

Elemento de Despesa: 3390.3044

Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de a partir da data de sua assinatura.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 O objeto será entregue em remessa única.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS::

13.1 Será exigida apenas a garantia legal dos objetos adquiridos.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, ____ de ____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX	OTAMIR CESAR MARTINS DIRETOR GERAL ADAPAR
---	--

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IX

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado (a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal